

EDITAL Nº 014/2020
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020
PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

O Prefeito Municipal de Vespasiano Corrêa/RS, no uso legal de suas atribuições e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados que, às **14h00min** do dia **19 de maio de 2020**, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo Municipal, localizada na Av. Professor Sérgio Beninho Gheno, 1.046, se reunirá a Comissão de Licitação, com a finalidade de receber propostas para contratação de empresa para perfuração de poço tubular profundo.

1 – DO OBJETO:

1.1 – O objeto da presente licitação é a contratação de empresa para a perfuração e montagem de poço artesiano tubular profundo, para captação de água subterrânea, que servirá para abastecimento da sede do Município e arredores e também para a Linha Eduardo Guinle, no Município de Vespasiano Corrêa/RS, com anuência prévia junto ao D.R.H. (outorga), instalação de conjunto de bomba submersa e análise de água, conforme mapa de localização, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

1.2 – O regime de execução da obra será indireto no regime de empreitada, por menor preço global.

1.3 – O prazo para conclusão da obra será de 30 (trinta) dias.

1.4 – O início da obra será na assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Serviço.

1.5 – O Município só efetuará o pagamento da metragem efetivamente perfurada, uma vez que a projeção é de no máximo 800 metros de profundidade.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 – Poderão participar da presente licitação todas as empresas interessadas, desde que cumpridas as formalidades e exigências contidas no presente Edital, e que estejam regularmente cadastradas no cadastro geral de fornecedores do Município de Vespasiano Corrêa/RS, preenchendo as condições para cadastramento conforme determina a Lei vigente.

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

2.1.1 – A licitada poderá se fazer representar, para fins de credenciamento, por Sócio-Gerente/Diretor, Procurador ou Preposto, os quais deverão estar munidos do contrato social, procuração ou credencial.

a) A procuração deverá dar poderes para decidir a respeito dos atos constantes da presente Licitação, sendo apresentada em sua forma original ou cópia autenticada, devidamente registrada em cartório e/ou acompanhada do Contrato Social.

b) A credencial que não tenha sido assinada por sócio gerente ou diretor da empresa deverá vir acompanhada de procuração que conceda poderes ao signatário da credencial.

Obs.: Os documentos de credenciamento deverão ser apresentados fora do Envelope de Documentação.

2.3 – Não poderão participar da presente Licitação as empresas declaradas inidôneas por ato do Poder Público, de qualquer esfera administrativa, aquelas que tiverem sob processo de falência ou concordata, aquelas suspensas temporariamente e/ou impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos, o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e/ou empresa, da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, ou controlador, responsável técnico ou subcontratado, se for servidor ou dirigente do órgão da entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

2.4 – Para o cadastramento os interessados deverão entregar no Centro Administrativo Municipal até 3 (três) dias antes do recebimento dos envelopes, ou seja até **14 de maio de 2020**, os documentos de habilitação citados nos itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4.

3 – DO CADASTRO:

3.1 – REGULARIDADE JURÍDICA:

I – Registro Comercial no caso de firma mercantil individual;

II – Ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado em se tratando de sociedade comercial e no caso de sociedades por ações acompanhado de documentos de seus administradores;

III – Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

IV – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim exigir.

V – Declaração, assinada pelo representante legal da licitada, que atenda ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358-02;

VI – Declaração, assinada pelo representante legal da licitada, caso os funcionários que irão executar os serviços objeto deste Edital estejam em condições especiais de trabalho, de acordo com o art. 172 da Instrução Normativa MPS/SRP no 3 de 14/07/2005, informando o rendimento dos funcionários que estão nessas condições;

a) Em caso negativo, a licitada deverá apresentar declaração, assinada pelo representante legal, de que não possui funcionários nas situações do art. 172 da Instrução Normativa MPS/SRP no 3 de 14/07/2005.

VII – Declaração, assinada pelo representante legal da licitada, sob as penas da Lei, de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública ou sociedade de economia mista;

VIII – Declaração de idoneidade da empresa licitada para licitar.

3.2 – REGULARIDADE FISCAL:

I – Inscrição de cadastro geral de contribuintes do Ministério da Fazenda (CNPJ);

II – Certidão Negativa de Débito Municipal da sede da licitada;

III – Certificado de Regularidade junto ao FGTS;

IV – Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

V – Certidão Negativa da Receita Estadual;

VI – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

VII – Certidão de inscrição de cadastro de contribuintes Municipal (Alvará), relativo ao domicílio ou sede do proponente relacionado ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do presente Edital.

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

3.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente - no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA;

b) Indicação do profissional: Geólogo ou Engenheiro de Minas, que será o responsável técnico da empresa, acompanhado do comprovante de inscrição deste junto ao CREA;

Obs.: A licitada deverá comprovar vínculo trabalhista com todos os profissionais elencados, através de contrato social registrado, quando o profissional for sócio da empresa, carteira de trabalho CTPS ou Contrato de Trabalho.

d) Comprovante, expedido pelo Município de que a licitada efetuou vistoria junto ao local de perfuração do poço, objeto deste certame;

3.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a trinta (30) dias da data da apresentação do documento.

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta; com base nos dados extraídos do balanço será avaliada a capacidade financeira da licitante, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

- Índice de liquidez corrente (LC): $LC = (AC/PC)$

- Índice de liquidez Geral (LG): $LG = (AC+RLP) / (PC+ELP)$

- Solvência Geral (SG): $SG = AT / (PC + ELP)$

Onde:

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

AT= Ativo Total

DA= Despesas Antecipadas

Os valores mínimos para tais indicadores são os seguintes: LC > 1,00; LG > 1,00; SG > 1,00.

OBS 1: A empresa deverá apresentar os índices exigidos, já calculados, com base nas fórmulas apresentadas e, embora seja concedido o credenciamento no ato, nada impede que a Administração Municipal faça a conferência posterior até o dia da abertura do envelope contendo os documentos de habilitação e, caso haja alguma irregularidade, poderá a licitante ser declarada inabilitada.

OBS 2: O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis pode ser entregues pelos relatórios emitidos pelo sistema público de escrituração, SPED CONTÁBIL.

3.5 – DECLARAÇÕES SEM FINS DE HABILITAÇÃO:

I – A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, deverá apresentar, **declaração firmada por contador ou técnico contábil**, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte;

a) As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da Lei Complementar 123/2006, conforme o disposto no artigo 34 da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, declaração, firmada por contador, de que se enquadra no limite de receita referido acima;

b) A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atenderem ao subitem “a”, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação que comprove a sua regularidade, em 05 (cinco) dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame;

c) O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

d) A não regularização da documentação no prazo fixado no subitem “b”, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital, sendo

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

facultado à Administração convocar as licitadas remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

3.6 – As Declarações que não tenham sido assinadas por sócio-gerente ou diretor da empresa deverão ser acompanhadas de Procuração, que conceda poderes ao signatário.

3.7 – Os documentos solicitados anteriormente poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, por funcionário da Administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

4 – DAS PROPOSTAS:

4.1 – As propostas serão recebidas pela Comissão de Licitação, assinada em sua última folha e rubricada nas demais, sem rasura ou emendas, contendo na sua parte externa e fronteira a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE VESPASIANO CORRÊA
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020
ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO
PROPONENTE – NOME DA EMPRESA

AO MUNICÍPIO DE VESPASIANO CORRÊA
TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020
ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA
PROPONENTE – NOME DA EMPRESA

4.2 – O envelope Nº 01 deverá conter:

4.2.1 – Certidão cadastral fornecida pelo Município de Vespasiano Corrêa/RS;

4.2.2 – Atestado de visita ao local da perfuração do poço, fornecido pelo setor competente.

4.2.3 – Comprovante de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para as empresas que comprovadamente se enquadrarem na Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, o qual deverá estar assinado pelo Contador da empresa, com data não superior a 60 (sessenta) dias.

4.2.4 – Declaração que a empresa abre mão do prazo de recurso da fase de habilitação.

4.3 – O envelope de Nº 02 deverá conter:

4.3.1 – Proposta financeira em valor global, cotando materiais e mão de obra separadamente, em moeda corrente nacional;

4.3.2 – Cronograma;

4.3.3 – Orçamento;

4.3.4 – Prazo para execução dos serviços;

4.3.5 – Detalhamento BDI; e

4.3.6 – Detalhamento de Encargos Sociais.

4.4 – A comissão receberá simultaneamente do representante da empresa os envelopes da nº 01 e nº 02 abrindo imediatamente os envelopes nº 01, rubricará todos os documentos nele contido, observando se estão de acordo com o exigido, e a seguir dará vista aos interessados presentes, que também os rubricarão.

4.5 – A comissão poderá suspender a cessão se entender necessário, para maiores exames dos documentos apresentados. Neste caso, fixará dia, hora e local para comunicar o resultado da fase de habilitação. Ocorrendo esta hipótese, a comissão e as licitadas rubricarão os envelopes de nº 02, os quais continuarão em poder da Comissão.

4.6 – Vencida a fase de habilitação e no local, data e hora determinados pela Comissão, serão por ela aberto os envelopes de nº 02. Preliminarmente serão devolvidos intactos os envelopes e nº 02 das empresas inabilitadas. A comissão e os participantes rubricarão todas as vias dos documentos contidos no envelope aberto.

4.7 – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias a contar da data do julgamento das mesmas.

5 – DO JULGAMENTO

5.1 – A presente licitação será processada e julgada pelo menor preço global, com observância do seguinte procedimento:

a) Abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO” e sua apreciação;

b) Devolução dos envelopes “PROPOSTAS”, fechados, aos concorrentes inabilitados, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;

c) Abertura dos envelopes “PROPOSTAS”, dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;

d) Classificação de propostas, considerando-se o menor preço global;

e) Deliberação pela autoridade competente.

5.2 – A abertura dos envelopes “HABILITAÇÃO” e “PROPOSTA” será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará ata, assinada pelas licitadas presentes, facultativamente, e pela Comissão.

5.3 – Todos os documentos e envelopes “HABILITAÇÃO e PROPOSTA” serão rubricados pelas licitadas presentes e pela Comissão.

5.4 – É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

5.5 – Ultrapassada a fase de habilitação, abertas as propostas, não mais cabe desclassificar as licitadas, por motivo relacionado com habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômica financeira e regularidade fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes, ou só conhecidos após o julgamento.

5.6 – No julgamento das propostas, o Município levará em consideração os itens especificados no presente Edital.

5.7 – Se a proponente **for cooperativa**, para fins de julgamento, **será feito acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da mão de obra ofertada**, conforme dispõe a Lei Federal 9.876/99.

5.8 – O Município não deverá considerar:

a) Qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitadas;

b) Proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

c) Proposta que apresente preços superiores a **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais).

5.9 – O julgamento das propostas deverá ser objetivo, devendo, a Comissão de Licitação, realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele contidos.

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

5.10 – Em todos os trâmites será observada a Lei 8.666/93 e alterações.

5.11 – Quando se apresentar apenas uma empresa concorrente, a análise e julgamento dos documentos e propostas ficarão a critério da Comissão de Licitação, atendidas às previsões legais do Edital e ao interesse público.

5.12 – As microempresas e empresas de pequeno porte, que comprovadamente se enquadrarem na Lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, terão facultado o que dispõe o capítulo V da respectiva Lei, para fins de critério de desempate.

6 – DOS RECURSOS

6.1 – Em todas as fases da presente licitação serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

7 – DA HOMOLOGAÇÃO

7.1 – Esgotados todos os prazos recursais, a autoridade superior homologará a presente licitação, ficando a licitada vencedora obrigada a entregar a obra licitada, no prazo previsto neste edital.

8 – DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira após 30 (trinta) dias do início da obra e a segunda e última, após a conclusão dos serviços, mediante laudo emitido pela engenharia do município, e a emissão da nota fiscal pela empresa, lembrando que, o Município só efetuará o pagamento da metragem efetivamente perfurada.

9 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1 – As despesas oriundas desta licitação serão cobertas pela seguinte dotação orçamentária:

04- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

01- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

20.511.0005- Agricultura

1008- Redes de Abastecimento de Água

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

10 – DO CONTRATO

10.1 – Esgotados todos os prazos recursais, a Administração no prazo de 5 (cinco) dias úteis convocará a vencedora para assinar o contrato.

10.2 – Se, dentro do prazo, a convocada não assinar o contrato, a Administração convocará as licitadas remanescentes, na ordem de classificação, para sua assinatura, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços praticados, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa sobre 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.3 – A assinatura do contrato para os serviços de mão de obra está condicionada à apresentação de garantia, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme estabelece o artigo 56 parágrafo 1º da Lei nº 8666/93 através de:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança Bancária.

10.4 – A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

11 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 – Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender quaisquer das disposições do presente Edital.

11.2 – Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituição da documentação e proposta exigida no Edital, além do já previsto.

11.3 – Só terão o direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e demais documentos necessários ao presente processo licitatório, as licitadas ou seus representantes credenciados através de instrumento procuratório, e os membros da comissão julgadora.

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

11.4 – Após o horário previsto para entrega dos envelopes contendo a documentação e as propostas, não serão aceitos participantes retardatários.

11.5 – A matrícula da obra e o pagamento do valor correspondente serão responsabilidades da licitada vencedora;

11.7 – Não haverá qualquer reajustamento de preços.

11.8 – Maiores informações serão fornecidas aos interessados nos horários das 8 horas às 11 horas e das 14 horas às 17 horas, no prédio da Prefeitura Municipal de Vespasiano Corrêa, sito a Av. Professor Sérgio Beninho Gheno, 1.046 pelo fone (51) 3755-8079, ou e-mail fazenda@vespasianocorrears.com.br, cópias do presente Edital e seus anexos estão à disposição no site www.vespasianocorrears.com.br.

Vespasiano Corrêa/RS, 30 de abril de 2020.

Marcelo Portaluppi
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Fernanda Sperotto
Secretária Municipal de
Administração e Finanças

Regina Vescovi
Assessor Jurídico
OAB/RS 93.109

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

MINUTA DE CONTRATO Nº/2020
PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO

Que fazem o Município de Vespasiano Corrêa/RS, Entidade de Direito Público, localizada na Av. Professor Sérgio Beninho Gheno, 1.046, neste Município, inscrita no CNPJ sob nº 01.611.117/0001-74, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. MARCELO PORTALUPPI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Vespasiano Corrêa/RS, de ora em diante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a empresa, com sede à Rua, na cidade de, inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada pelo Sr., brasileiro,, residente e domiciliado na Rua, bairro, na cidade de, portador da Carteira de Identidade nº, expedida pela SSP-RS e CPF nº, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, tendo em vista a Tomada de Preço nº 003/2020, Edital nº 014/2020 e a proposta da empresa vencedora da Licitação que passam a fazer parte integrante deste Contrato, resolvem firmar o presente que se regerá pela Lei nº 8.666/93, legislação complementar e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de de empresa para a perfuração e montagem de poço artesiano tubular profundo, para captação de água subterrânea, que servirá para abastecimento da sede do Município e arredores e também para a Linha Eduardo Guinle, no Município de Vespasiano Corrêa/RS, com anuência prévia junto ao D.R.H. (outorga), instalação de

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

conjunto de bomba submersa e análise de água, conforme mapa de localização, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato vigorará pelo prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da **CONTRATADA**:

- a) Cumprir fielmente o Contrato de forma que os serviços sejam executados de conformidade com o projeto;
- b) Prestar garantia dos serviços executados a partir da aceitação dos mesmos.
- c) A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou à terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização e o acompanhamento pelo responsável técnico do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

Pelos serviços executados a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor de **R\$** (.....), sendo **R\$** (.....) referente aos materiais e **R\$** (.....) referente à mão de obra.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com execução do presente Contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

04- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
“*Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego*”.

01- Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento

20.511.0005- Agricultura

1008- Redes de Abastecimento de Água

3.4.4.90.51.00000000- Obras e Instalações

4319

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a conclusão dos serviços, mediante laudo emitido pela engenharia do município, e a emissão da nota fiscal pela empresa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REJEIÇÃO DOS SERVIÇOS

O **CONTRATANTE** se reserva o direito de rejeitar os serviços executados, no todo ou em parte, se não estiverem de acordo com o projeto e o respectivo edital.

CLÁUSULA OITAVA – OS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

Os acréscimos e supressões no presente Contrato obedecerão ao estabelecido no Art. 65, da Lei nº 8.66/93.

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TUTELA JUDICIAL

Nos termos dos Arts. 81 e 87 da Lei nº 8.666/93, fica à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, sujeita à advertência e/ou multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, por infração de qualquer cláusula ou condição do mesmo, dobrável na reincidência, a critério do **CONTRATANTE**.

CLAUSULA DÉCIMA – DAS OUTRAS SANÇÕES

Em função da natureza da infração, o **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penas:

- a) executar o Contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a
“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.

execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

b) executar o Contrato com atraso injustificado, até o limite de 10 dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

c) inexecução parcial do Contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

d) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

e) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

Será solicitada garantia, equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme estabelece o artigo 56 parágrafo 1º da Lei nº 8666/93 através de:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança Bancária.

A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, mediante a apresentação da Certidão Negativa do INSS sobre a obra executada e as cópias da GFIP referentes a obra.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Encantado/RS, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e acertadas, foi elaborado o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas a tudo presente, vai pelas partes assinado as quais se obrigam a cumpri-lo.

Vespasiano Corrêa/RS, de de 2020.

Marcelo Portaluppi
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

Testemunhas:

Fernanda Sperotto
CPF nº 019.913.400-60

Ronaldo Dachery
CPF nº 469.342.860-49

Regina Vescovi
Assessor Jurídico
OAB/RS nº 93.109

“Vespasiano Corrêa: Esperança, Progresso e Aconchego”.